

Relatório de Execução

Entidade(s) Adjudicante(s) - NIF, Nome, País	510856918, Freguesia de Estrela, Portugal
Tipo Procedimento	Ajuste directo
Tipo(s) de contrato	Aquisição de bens móveis
Ajuste direto simplificado?	Sim
Regime de contratação	Código dos Contratos Públicos
Procedimento destinado à satisfação de necessidades no âmbito de	Outras atividades, que não as anteriores, enquanto entidade adjudicante prevista no art.º 2º do Código dos Contratos Públicos
Objeto do contrato	renting de fotocopiadora (Escola Fernanda de Castro)
CPV's Valor	* 30121100-4 - Fotocopiadoras, 3,423.84 €
Entidade(s) Adjudicatária(s) - NIF, Nome, País	508259509, GRENKE, Portugal
Preço total efetivo s/IVA (€)	3,423.84 €
Data da decisão de contratar	12-01-2016
Data da decisão de adjudicação	12-01-2016
Data de fecho do contrato	12-01-2016
Fundamentação para a escolha do procedimento	artigo 128.º do Código dos Contratos Públicos
Informação relevante sobre outros aspetos da execução do contrato	-

Emitido via portal base a 10-02-2017 16:02:25 por José António Sargo Vicente.

GRENKE RENTING S.A.
 Edifício Central Office - Av. D. João II, n.º 45, 4.ªA - 1990-084 Lisboa
 Capital Social: € 100.000 00



Conservatória do Registo Comercial de Lisboa
 NIPC n.º: 508 259 509
 Linha de Apoio: Tel: 218934140 Fax: 218934160

Locação Clássica

Contrato de Locação para Clientes Empresariais – Corporate Clients

Contrato de Locação N.º 094-17126 15PT2

Nome do Locatário / Sociedade (razão completa)
FREGUESIA DA ESTRELA

RUA ALMEIDA BRANDÃO, Nº39, 1200-602 LISBOA

Gerente / Administrador (do Locatário), nome e apelido simultaneamente sócio
 Sim Não

Telefone Fax E-mail
+351/213929100 geral@jf-estrela.pt

Vendedor / Fornecedor
CILDOC
COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS DE ESCRITÓRIO, LDA
RUA PROFESSOR ALFREDO DE SOUSA 2 PAÇO DO LUMIAR, 1600

Número de contribuinte para efeitos de IVA:
510856918

Área de actividade / Profissão
Municípios

Fim: A locação tem como fim o exercício da actividade comercial / profissão acima identificada que eu/nós temos vindo a exercer desde: _____

Bem objecto d' locação	Fabricante	Equipamento n.º	Em caso de usado: Ano de fabrico
Multifunções Xerox WC7220	Xerox		2015

Termo inicial base
 Tipo de Pagamento: Mensal Trimestral

Numero de Rendas 48 Valor da Renda 71,33 EUR
 Acrescido de IVA a taxa legal aplicável (secção. 5. n.º 4 das Condições Gerais de Locação), actualmento 16,41 EUR Valor líquido da Renda 87,74 EUR

A Grenke Renting, S.A. atua em seu próprio nome mas por conta da Grenke Finance Plc, Q-House 306, Furze Road, Sandyford Industrial Estate, Dublin 18 (Irlanda). Os pagamentos ao aluguer deste Contrato devem ser feitos na moeda local da Sociedade de direito irlandês Grenke Finance Plc., ou seja, em Euro. Taxa de serviço (prestação única): EUR 75,00 acrescido de IVA

As prestações do aluguer deverão ser pagas antecipadamente no primeiro dia de calendário do Trimestre/Mês respectivo. As prestações serão pagas através de débito directo (confrontar Secção 5, n.º 2 das Condições Gerais de Locação).

Início da locação / termo da locação / renovação: O termo inicial começará no primeiro dia de calendário do trimestre e/ou no primeiro dia de calendário do mês caso tenha sido acordado o pagamento mensal posterior à aceitação. Caso a aceitação tenha lugar antes do início do termo inicial, deverá ser pago o valor correspondente a 1/30 do aluguer mensal por cada dia decorrido nesse período. O presente contrato de locação será igualmente aplicável aos referidos períodos de tempo. O contrato de locação será renovado por um período subsequente de seis meses excepto se a não renovação for notificada com uma antecedência de pelo menos três meses relativamente à data de não renovação (confrontar a Secção 18 das Condições Gerais de Locação). O contrato de locação não poderá cessar antecipadamente durante o termo inicial base sem fundamento contratual.

Cliente, onde as mesmas estarão disponíveis para download, e seja solicitado o seu envio por correio em formato de papel, será cobrado um valor de EUR 10,00 acrescido de IVA por cada factura enviada nestes termos.

O valor do aluguer é calculado com base na duração previamente acordada. Eu/Nós propomos a seguinte cláusula, não prevista no presente contrato

Condições Gerais de Locação: As Condições Gerais de Locação anexas são expressamente informadas ao Locatário (as Secções referidas dizem respeito a estas Condições Gerais de Locação).

Obrigação de inspeccionar o bem e de informar sobre a existência de defeitos: O Locatário só pode confirmar a entrega do bem locado depois de ter verificado que o referido bem foi entregue na íntegra e em condições aceitáveis nos termos do contrato. É obrigação do Locatário inspeccionar o bem locado e informar sobre a existência de defeitos. Ver também secções 6 e 22 das condições gerais.

Não foram celebrados quaisquer acordos paralelos. O Locador informa que o fornecedor ou terceiros não poderão celebrar contratos diferentes do previsto no presente contrato e/ou, de qualquer outra forma, prever condições ou fazer declarações ao Locador diferentes das previstas. Quaisquer alterações e/ou aditamentos ao contrato terão de ser acordados por escrito entre o Locador e o Locatário. Isto será igualmente aplicável ao requisito relativo à forma escrita.

Substituição do bem locado: Regra geral e mediante solicitação do Locatário, o Locador está preparado para substituir na totalidade os bens locados ou componentes individuais destes por bens novos durante o termo inicial base. Os requisitos e a forma de execução da substituição estão previstos na Secção 2 das Condições Gerais de Locação.

Autorização para débito directo SEPA: O Locatário autoriza o Locador a proceder a cobrança dos valores que sejam devidos nos termos do presente contrato por débito directo, em conformidade com a autorização de débito directo SEPA em anexo. O locador notificará, com uma antecedência não inferior a 5 dias face à data de vencimento da obrigação de pagamento, que irá realizar uma operação de débito directo. A referida notificação será enviada uma única vez sempre que se tratam de pagamentos recorrentes nos mesmos montantes.

Risco de perda accidental, destruição ou deterioração, risco de variação no preço, seguro de propriedade: Nos termos da Secção 8 n.º 1, o Locatário obriga-se a assegurar a boa manutenção do bem locado e, nos termos da Secção 11, n.º. 1, primeira parte, o Locatário assume o risco de perda accidental ou dano accidental causada ao bem locado. O risco será coberto por um seguro de propriedade – no caso de aparelhos electrónicos sob a forma de um seguro sobre bens electrónicos; o Locatário assumirá os custos do referido seguro. O Locatário tem o direito e, após solicitação do Locador, a obrigação de contratar um seguro de propriedade. Esta questão está regulada em maior detalhe na Secção 13 das Condições Gerais de Locação, incluindo a franquia do Locatário.

Caso o Locatário escolha uma forma de pagamento diferente do débito directo, o montante do aluguer será acrescido de EUR 10,00 mais IVA, confrontar Secção 5, n.º 2. O preço dos serviços de emissão de cópias de facturas ou do contrato, de cessão de posição contratual de Locatário, e as despesas com devolução de entradas de débito directo e de cheques por falta de provisão, bem como os custos de avisos de interpelação para pagamento, são da responsabilidade do Locatário, os quais lhe são imputados como contrapartida da respectiva prestação ou execução do contrato, constando o preço em vigor actualizado, publicado no site do Locador em www.grenke.pl, sendo remetida cópia em papel com o envio das primeiras facturas.

Responsabilidade por defeitos do bem locado: A responsabilidade por defeitos do objecto locado será assumida pelo Locador, no sentido em que após a conclusão do contrato de locação o Locador transfere para o locatário os direitos relativos a defeitos do bem locado que tenha obtido em virtude do contrato de aquisição do bem locado, bem como outros direitos derivados de garantias (relativamente à responsabilidade do Locador pelos defeitos, confrontar a Secção 7, n.º. 7, relativamente à transferência de direitos, confrontar a secção 7, n.º 8). A responsabilidade do Locador está limitada aos direitos que tenha obtido do Fornecedor relativamente ao bem locado e a direitos derivados de garantias.

Tratamento de Dados Pessoais: A entidade responsável pelo tratamento de dados pessoais é a GRENKE RENTING, S.A. (com a morada supra indicada). A referida entidade fica autorizada a utilizar, processar e armazenar os dados pessoais, a partir do início da relação comercial, para fins de processamento contratual e de suporte ao cliente. Os dados devem ser tratados de forma confidencial e podem ser transmitidos a uma entidade financiadora para fins de financiamento. A GRENKE RENTING, S.A. fica também autorizada a solicitar a terceiros informações relativas à capacidade do financiamento e solvência do cliente. É garantido ao titular o direito de acesso, rectificação e actualização dos seus dados pessoais, mediante pedido dirigido à GRENKE RENTING, S.A. por comunicação escrita enviada para a morada da mesma.

Relativamente aos direitos da refinanciadora: deverá confrontar-se a Secção 19.

Faturação: A GRENKE disponibiliza facturas individualizadas emitidas pelos valores devidos de acordo com o contrato. Quando a GRENKE disponibilizar estas facturas no portal do

Para efeitos contabilísticos, as partes acordam em classificar o presente contrato como sendo um Contrato de Locação Operacional.

Proposta (do(s) Locatário(s) / Declarações: Eu/Nós aceitamos as condições constantes supra e as Condições Gerais de Locação anexas, bem como os termos constantes do contrato de compra e venda do bem locado celebrado entre o Locador e o fornecedor relativamente às regras relativas ao bem locado (confrontar secção 7, n.º 1 e 2) e às condições de garantia do bem locado (confrontar Secção 7, n.º. 3).

Eu/Nós declaramos que eu/nós lemos as condições constantes supra e as Condições Gerais de Locação anexas, que eu/nós fomos informados das condições gerais por que se regula este contrato e eu/nós entendemos as questões foram adequadamente respondidas pelo Locador. Se este contrato for electronicamente assinado eu/nós confirmo/confirmamos a aceitação do conteúdo de cada página deste contrato, incluindo as Condições Gerais de Locação e os Termos e Condições Gerais do Seguro, pela colocação desta assinatura electrónica.

Eu/Nós permanecemos vinculados a esta proposta pelo prazo de 30 dias a partir da data de assinatura.

X

Assinatura do(s) Locatário(s) conforme documento de identificação data e selo da sociedade.
 A assinatura pode ser colocada electronicamente.

Proposta de locação aceita

GRENKE RENTING S.A.
 Avenida D. João II
 Nº 45 - 4.ªA
 1990-084 Lisboa
 Tel: 218934140 Fax: 218934160

Assinatura da GRENKE RENTING, S.A. na qualidade de Locador.
 A assinatura pode ser colocada electronicamente.

GRENKE RENTING S.A.
Edifício Central Office - Av. D. João II, nº 45, 4ªA - 1990-084 Lisboa
Capital Social: € 100.000,00

GRENKE®

Conservatória do Registo Comercial de Lisboa
NIPC nº. 508 259 509

Linha de Apoio:
Tel: 218934140
Fax: 218934160

Locação Clássica

Contrato de Locação para Clientes Empresariais – Corporate Clients

Contrato de Locação N.º 094-17126 15PT2

Nome do Locatário / Sociedade (morada completa)
FREGUESIA DA ESTRELA

RUA ALMEIDA BRANDÃO, Nº39, 1200-602 LISBOA

Gerente / Administrador (do Locatário), nome e apelido é simultaneamente sócio
Sim Não

Telefone Fax E-mail
+351/213929100 geral@jf-estrela.pt

Vendedor / Fornecedor
CILDOC
COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS DE ESCRITÓRIO, LDA
RUA PROFESSOR ALFREDO DE SOUSA 2 PAÇO DO LUMIAR, 1600

Número de contribuinte para efeitos de IVA.
510856918

Área de actividade / Profissão
Municípios

Fim: A locação tem como fim o exercício da actividade comercial / profissão acima identificada que eu/nós temos vindo a exercer desde: _____

Bem objecto da locação	Fabricante	Equipamento nº	Em caso de usado Ano de fabrico
Multifunções Xerox WC7220	Xerox		2015

Termo inicial base
Tipo de Pagamento: Mensal Trimestral

Número de Rendas 48 Valor da Renda 71.33 EUR
Acrescido de IVA a taxa legal aplicável (secção 5, nº 4 das Condições Gerais de Locação):
actualmente 16.41 EUR Valor líquido da Renda 87.74 EUR

A Grenke Renting, S.A. actua em seu próprio nome e por conta da Grenke Finance Plc, O'House 306, Furze Road, Sanoyford Industrial Estate, Dublin 18 (Irlanda). Os pagamentos ao abrigo deste Contrato devem ser feitos na moeda local da Sociedade de direito irlandês Grenke Finance Plc., ou seja, em Euro. Taxa de serviço (prestação única): EUR 75.00 acrescido de IVA

As prestações do aluguer deverão ser pagas antecipadamente no primeiro dia de calendário do Trimestre/Mês respectivo. As prestações serão pagas através de débito directo (confrontar Secção 5, nº. 2 das Condições Gerais de Locação).

Confirmação de aceitação


Data de aceitação nos termos da Secção 6 e 22 das Condições Gerais de Locação.

Data:
12/01/2016

Eu/Nós confirmamos pelo presente o seguinte relativamente à minha/nossa proposta/contrato de locação

1. Recebê/recebemos o bem mencionado anteriormente no dia de hoje, data da entrega. Foi-me/foi-nos igualmente entregue um manual de procedimentos ou o mesmo não é necessário.
2. O bem foi montado e/ou instalado por um profissional.
3. Recebê/recebemos todas as instruções necessárias.
4. O bem está em perfeito estado e funciona devidamente.
5. O bem foi entregue na sua totalidade e com todos os seus componentes.
6. O bem corresponde exactamente às descrições constantes do pedido/contrato e está em conformidade com o que foi acordado entre o fabricante e fornecedor (por exemplo, em termos de tecnologia, qualidade e performance). O bem possui todas as funcionalidades e atributos garantidos pelo fornecedor.
7. O bem tem a qualidade garantida pelo fornecedor e/ou por terceiros.
8. As obrigações assumidas pela GRENKE RENTING, S.A. em relação ao bem locado serão sempre confirmadas ao Locatário em forma escrita, sob pena de não terem qualquer validade. O mesmo se aplica à dispensa de uso da forma escrita.
9. O pedido acima mencionado - na parte em que não foi aceite - fica novamente submetido, concordando eu em permanecer vinculado à proposta para celebrar um contrato a respeito do mesmo por mais quatro semanas a partir da data em que esta confirmação de entrega é assinada.
10. Eu/nós recebemos hoje uma cópia desta confirmação da entrega.

Atenção O Locatário irá pagar o preço de aquisição do bem locado ao fornecedor após assinatura da confirmação de aceitação. No caso do Locatário não testar o funcionamento do bem e/ou no caso de assinar este documento antes de receber os bens completos em perfeitas condições, o Locatário indemnizará o Locador relativamente a quaisquer reclamações, bem como pelos danos em que o Locador tenha incorrido.

X 
Assinatura do(s) Locatário(s) conforme Documento de Identificação.
A assinatura pode ser colocada electronicamente.

Nome completo legível e cargo do signatário

A entrega aduiciada do bem e a assinatura do Locatário são confirmadas pela presente

Local _____ Data _____

Assinatura / Fornecedor / Pessoa autorizada _____

- 1. Bem e Obrigação de amortização total do Locatário, devolução do bem locado:**
1. O bem locado é adquirido pelo Locador no interesse do Locatário, após indicação prévia do Locatário do bem a ser locado e da identidade do fornecedor do bem. Após ter adquirido o bem, o Locador entregará o bem ao Locatário, sujeito ao Contrato de Locação incluindo estas Condições Gerais de Locação, a Confirmação de Aceitação e os Termos e Condições Gerais Relativos ao Seguro de Propriedade.
 2. O Locatário tem a obrigação de amortização total dos custos do Locador incorridos em conexão com a aquisição do bem locado e com a execução do contrato, bem como do lucro estimado. Após cessação do contrato de locação, o Locatário deverá entregar o bem locado ao Locador (confrontar secção 18). Relativamente a despesas de execução do contrato (custos de avisos por mora no pagamento, custos de retorno de entradas de débito directo e outras) é disponibilizado o preço em vigor, no site www.grenka.pt, sendo remetida cópia em papel com o envio das primeiras facturas.
- 2. Substituição do bem locado:**
1. Caso o Locatário pretenda substituir o bem locado ou componentes individuais, deverá contactar o Locador pelo menos 4 semanas antes da data de substituição pretendida. O pedido deverá incluir a descrição exacta dos bens a serem substituídos e o preço de compra para os novos bens a serem pagos pelo Locador. O Locador decidirá se tal substituição é viável tendo em consideração factores económicos. No caso de o Locador decidir aprovar tal substituição, efectuar-se-á um novo cálculo do valor do aluguer. No caso de o Locador concordar com a substituição pretendida, enviará ao Locatário uma minuta de pedido modificativo do contrato de locação, desde que o termo inicial base do contrato acordado seja estendido por um período de tempo igual ao já decorrido no contrato, com os valores do aluguer calculados tendo em consideração os custos de aquisição dos novos bens. O Locatário declara o seu consentimento às condições comunicadas pelo Locador, providenciando ao Locador o formulário de modificações assinado, bem como uma factura relativa aos novos bens locados, adquiridos para o Locador. No caso de o Locador aceitar o formulário de modificação, as modificações ao contrato de locação para os novos bens e dos bens não substituídos entrarão em vigor no primeiro dia do trimestre seguinte ao da data de substituição (e/ou do mês, no caso de serem sido acordados pagamentos mensais).
 2. Assim que o Locatário reciba novos bens, deverá devolver os bens a ser substituídos ao Locador. As disposições da secção 18 números 3 a 5 serão aplicáveis a cada devolução.
 4. Estas Condições Gerais de Locação serão igualmente aplicáveis aos procedimentos de substituição e ao contrato de locação modificado.
- 3. Entregas, Direitos do Locatário, Responsabilidade do Locatário por violação de obrigações:**
1. Na relação entre o Locador e o Locatário, o Locatário deverá cobrir os custos e riscos da entrega, montagem e instalação. O Locador será apenas responsável por entregas fora de prazo ou defeituosas pelo fornecedor, caso seja considerado responsável. O Locador cederá ao Locatário os direitos que tenha perante o fornecedor ou terceiros nos casos acima referidos, incluindo o direito à devolução dos bens locados. Isto não incluirá o direito de reembolso de um preço de aquisição já pago. O Locatário terá a obrigação de reclamar imediatamente os direitos que lhe foram cedidos.
 2. O direito do Locatário de rescindir o contrato em caso de incumprimento do Locador ou no caso de impossibilidade de cumprimento imputável ao Locador não deverá ser afectado. A declaração do Locatário deverá ser feita por escrito. O direito do Locatário por danos em tais casos não será afectado.
 3. No caso de danos patrimoniais ou perdas financeiras atribuídas à violação negligente de deveres pelo Locador ou por um seu representante ou funcionário, o Locador será apenas responsável no caso de uma violação de obrigações contratuais materiais e na medida em que a ocorrência de danos fosse previsível (relativamente a responsabilidade por defeitos no artigo locado por favor consulte a primeira página e a Secção 7). No caso de o Locador ser responsável em caso de negligência, a sua responsabilidade será limitada a um montante correspondente a 25% do valor líquido de aquisição do bem locado. Não será responsável para além desse limite.
 4. Rescisão pelo Locador:
 1. O Locador poderá rescindir este contrato e/ou um acordo relativo à substituição do bem locado (confrontar Secção 2) se, devido a uma circunstância não imputável ao Locador, o bem locado não seja entregue pelo fornecedor ou não possa ser entregue definitivamente. O Locador deverá informar o Locatário imediatamente sobre a não-disponibilidade do bem escolhido e reembolsar quaisquer pagamentos já efectuados pelo Locatário.
 2. No caso de se tornar óbvio após a conclusão do contrato de locação que a falta de disponibilidade do Locatário para pagar coloca em risco o direito do Locador à sua retribuição, o Locador terá direito a rescindir o contrato de locação se o Locatário não apresentar uma garantia relativa aos pagamentos que tenha a obrigação de efectuar nos termos do contrato simultaneamente com a entrega do bem locado, dentro de um prazo razoável. No caso de o Locatário ser responsável pela cessação do contrato, deverá reembolsar o Locador por quaisquer custos incorridos.
 3. Valor do aluguer, ajustes, método de pagamento, compensação, IVA.
 1. Se o preço de compra do bem locado for alterado até à data da confirmação de aceitação pelo Locatário, o valor do aluguer mensal deve ser alterado em conformidade. O mesmo será aplicável se a entrega e aceitação do bem locado não ocorrer nas 4 semanas seguintes à celebração da proposta do Locatário. No caso de qualquer ajuste condutor a um valor do aluguer adicional para o Locatário ou o Locador, a parte contratual afectada tem direito a resolver o contrato.
 2. O contrato de locação foi calculado tendo em consideração os custos administrativos incorridos pelo Locador conexos com o procedimento de débito directo automático. Caso o Locatário prefira outro modo de pagamento, as despesas materiais e de pessoal incorridas em conexão com tal procedimento de pagamentos individualmente acordado implicarão o acréscimo do montante de 10,00 EUR mais IVA por pagamento, à título de compensação.
 3. Caso o Locatário tenha incumprido o pagamento dos alugueres, quaisquer pagamentos posteriores liquidarão os alugueres em dívida mais análogos.
 4. Caso o Código de IVA seja alterado, os montantes totais em dívida serão modificados em conformidade.
 6. Obrigação de aceitar o bem:
 1. O Locatário concorda em confirmar a entrega do bem locado. A confirmação só deverá ocorrer após o bem locado ser examinado pelo locatário de forma a verificar que o mesmo se encontra nas condições contratuais, em particular no que respeita a sua integridade e funcionalidade. Além disso, todos os manuais operativos necessários devem ter sido entregues e / ou todas as instruções necessárias devem ter sido emitidas.
 2. O locatário deve inspecionar o bem locado com o nível de cuidado que se pode razoavelmente esperar e deve notificar sobre a existência de algum defeito. O Locatário fica expressamente ciente do facto de que o preço de compra só será pago pelo Locador ao fornecedor após a declaração de confirmação de entrega emitida pelo Locatário. No caso em que o Locatário confirma incorrectamente entrega, o mesmo será o único responsável por quaisquer danos daí decorrentes.
 7. Celebração de contrato de compra venda ou encomenda pelo Locador, contrato de venda entre o Locador e o fornecedor, direitos e obrigações no caso de defeitos do bem locado, garantias.
 1. Caso o Locatário celebre um contrato de compra e venda com o fornecedor do bem locado ou encomende o bem locado ao fornecedor e no caso de o Locador celebrar o contrato de compra e venda ou efectuar a encomenda em substituição do Locatário, os termos do contrato de compra e venda ou da encomenda serão também aplicáveis ao contrato de compra e venda entre o Locador e o fornecedor.
 2. Se o Locador não celebrar um contrato de compra e venda ajustado pelo Locatário ou uma encomenda feita pelo Locatário, as condições de venda do Locador serão aplicáveis ao contrato de compra e venda entre o Locador e o fornecedor. Tais condições estabelecem os direitos do comprador no caso de defeitos dos bens da seguinte forma:
 - 2.1) Caso o bem locado tenha defeitos, o vendedor deverá corrigir tais defeitos a expensas suas, mediante solicitação do comprador. A entrega de um bem livre de defeitos não pode ser exigida como cumprimento de uma obrigação adicional ao contrato.
 - 2.2) As reclamações dentro da garantia (confrontar nº 2.1) prescrevem após ter decorrido um ano sobre a entrega do bem locado ao Locatário. Isto não será aplicável caso o vendedor oculte fraudulentamente o defeito.
 - 2.3) Em caso de negligência, o direito de reparação de um dano material ou perda financeira devido a defeitos do bem adquirido existirá apenas se a ocorrência do dano fosse previsível. Se o Locador for responsável por negligência, a indemnização eventualmente devida por força da sua responsabilidade será limitada a um montante correspondente a 25% do valor líquido de aquisição do bem locado.
 - 2.4) Sem prejuízo do exposto, as disposições legais relativas à compra e venda serão igualmente aplicáveis.
 3. Na medida em que o fornecedor e/ou um terceiro assumam uma garantia relativa ao bem adquirido, os direitos do comprador – sem prejuízo dos seus direitos legais – deverão estar de acordo com as condições previstas em tal garantia.
 4. O Locatário deverá imediatamente reclamar os direitos que lhe foram transferidos relativamente a defeitos no bem locado (confrontar a primeira página), incluindo direitos emergentes de garantias cedidas relativas ao bem locado que também lhe tenham sido cedidas, e deverá informar o Locador da reclamação de tais direitos por escrito no prazo de duas semanas. O Locador deverá ser informado, numa base regular, por escrito.
 5. No caso de redução do preço ou revogação do contrato de compra e venda, o Locatário deverá reque-

- rer pagamento ao Locador. No caso de revogação do contrato de compra e venda, poderá devolver o bem locado ao fornecedor ou um representante deste apenas em simultâneo com o reembolso do preço de compra do Locador.
6. O Locatário apenas terá o direito de recusar o pagamento total ou parcial dos alugueres, em caso de defeitos no bem locado, cuja reclamação ao fornecedor seja efectuada dentro do prazo de garantia do bem locado, apenas se o mesmo intentar acção contra o fornecedor requerendo a resolução do contrato de compra e venda, a redução do preço de compra ou danos sofridos pela não reparação, ou se o fornecedor reconhecer os defeitos e aceitar por escrito proceder à restituição do preço ou à sua redução. Caso o contrato de compra e venda seja resolvido ou revogado, o contrato de locação também o deverá ser.
 7. O Locador só é responsável pelo bem locado, se o Locador ou um seu representante ocultarem fraudulentamente um defeito ou na medida em que aceitem uma garantia relativamente ao bem locado. O mesmo será aplicável caso o defeito seja atribuível a uma violação culposa dos deveres pelas partes mencionadas que provoque danos não patrimoniais. No caso de violação de um dever que conduza a danos patrimoniais ou a perdas financeiras, em caso de negligência, o Locador só deverá ser responsável na medida em que a ocorrência de tal dano fosse previsível, estando, contudo, a responsabilidade limitada a um montante correspondente a 25% do valor líquido de aquisição do bem locado.
 8. Em caso de cessação de posição contratual do Locatário, o cessionário que pretenda celebrar um contrato de locação de um bem usado está expressamente alertado para os riscos normalmente elevados de existência de defeitos em bens usados e ser-lhe-á pedido que examine o estado e funcionamento do bem com particular diligência. O Locador salienta que no caso de bens usados – sem prejuízo do disposto na Secção 7 nº 7 – não poderá assumir responsabilidade por defeitos materiais, excepto se tiver expressamente acordado nesse sentido. No caso de o Locador ter direitos decorrentes de garantias relativas ao bem usado contra o fornecedor ou terceiros, deverá ceder esses direitos ao Locatário cessionário.
 8. Utilização, custos, reparações, licenças:
 1. O Locatário concorda no uso do bem locado apenas para o fim acordado, e deverá mantê-lo em estado e condições de funcionamento a expensas suas, deverá protegê-lo de esforços excessivos por qualquer forma e garante que recorrerá a profissionais para a sua manutenção. Os custos operacionais e de manutenção, incluindo custos de reparações necessárias e peças sobressalentes são suportadas pelo Locatário.
 2. O Locatário concorda em não entregar o bem locado a terceiros, incluindo o fornecedor, excepto para efeitos de reparação e apenas pelo período de tempo estritamente necessário. O Locatário não tem direito de sublocar o bem locado sem o consentimento prévio do Locador. A recusa do consentimento pelo Locador não confere ao Locatário o direito de resolver o contrato.
 3. O Locatário concorda em obter e manter a expensas suas todas as licenças que sejam necessárias à utilização dos bens locados. O Locatário deverá cumprir com todas as disposições legais e administrativas, bem como com as disposições do fabricante e fornecedor e recomendações conexas com o bem locado e a sua utilização.
 9. Obrigação de comunicação de alteração de localização, registo e protecção dos bens:
 1. O Locatário só pode alterar a localização inicial do bem locado mediante prévia comunicação e consentimento escrito do Locador. Quaisquer equipamentos instalados que não possam ser facilmente removidos tornar-se-ão propriedade do Locador.
 2. Caso o bem locado seja fixo a uma parcela de terreno ou um edifício, tal deverá ser feito com uma finalidade provisória e com a intenção de remover essa fixação no termo da locação. O Locatário deverá assegurar-se que a fixação pode ser removida. Caso o Locatário não seja o proprietário da parcela de terreno, aceita informar o proprietário da finalidade provisória da fixação e, caso seja solicitado, providenciar ao Locador uma confirmação por escrito do proprietário acerca do propósito temporário da fixação.
 3. O Locador ou os seus representantes autorizados têm o direito de inspecionar e examinar o bem locado durante o horário normal de trabalho. Se tal for solicitado, o bem locado poderá ser identificado de forma visível como sendo propriedade do Locador.
 4. O Locatário concorda em informar o Locador imediatamente de quaisquer efeitos adversos no bem locado, quer sejam iminentes ou já ocorridos. Em particular, deverá reportar imediatamente qualquer execução iminente, arrombamento ou penhora que impenda sobre o bem locado ou sobre a parcela de terreno onde o mesmo esteja situado, enviar as notificações recebidas e deverá revelar o nome e morada do credor/exequente que instaurou a execução. O Locatário será responsável pelas custas incorridas para defesa da propriedade contra direitos de terceiros. Tal não se aplicará caso a execução seja causada pelo Locador. No caso de execução, o Locatário deverá imediatamente informar o credor, o agente de execução e/ou o Tribunal que não é proprietário do bem locado, mas a GRENKE RENTING, S.A.
 10. Emolumentos, impostos e taxas:
 Todos os emolumentos, impostos, taxas e outros encargos conexos com a posse e utilização do bem locado serão suportados pelo Locatário. Desde que o bem locado esteja na posse do Locatário, este deve indemnizar o Locador de qualquer tipo de reclamação, judicial ou não judicial, por terceiro – incluindo instituições do Estado – pela montagem, actividade ou posse do bem locado, ou qualquer reclamação relativa ao uso do bem locado pelo Locatário.
 11. Assunção do risco:
 1. A partir da data de entrega e até à devolução do bem locado, o Locatário deverá assumir o risco por desgaste accidental, perda, danos accidentais e furto do bem locado. O risco relacionado com o uso e desgaste prematuro também serão suportados pelo Locatário. Tais eventos não desvincularão o Locatário das suas obrigações de acordo com o contrato de locação. Tal será igualmente aplicável à sua obrigação de amortização total (confrontar Secção 1). Os parágrafos 2 e 3 não se aplicarão em caso de uso e desgaste prematuros atribuíveis a um defeito do bem locado, atribuindo ao Locatário os direitos emergentes de coisa defeituosa (confrontar a primeira página e a Secção 7).
 2. Se o Locador, enquanto proprietário do bem locado, receber alguma indemnização por causa de tais eventos, deverá o respectivo valor ser utilizado para reparação e/ou substituição do bem locado ou para compensar a obrigação de pagamento do Locatário (no caso de existirem montantes em dívida), caso o contrato já tenha cessado. A compensação do valor da indemnização com os montantes em dívida apenas poderá ser efectuada se a indemnização exceder o valor corrente de mercado do bem locado teria, no termo do contrato, quando fosse restituído ao Locador.
 12. Perda total, furto, outros eventos danosos ou perda na excepção da Secção 11 nº 1.
 1. Caso ocorra um dos eventos previstos na Secção 11, o Locatário deverá informar o Locador imediatamente e por escrito.
 2. Em caso de perda accidental total, desgaste, perda ou furto do bem locado, é garantido ao Locatário o direito de fazer cessar o contrato de locação. A cessação deverá ser feita por escrito, no prazo de três semanas após o Locatário se ter apercebido da ocorrência de tais eventos. Caso o Locatário não faça uso do seu direito de cessação, o Locador concorda em providenciar pela substituição do bem locado dentro de um período de tempo razoável, seja às suas custas, seja à custa do Locatário, ou a atribuir o encargo de proceder à substituição ao Locatário. Caso o Locador obtenha a substituição, o Locatário terá a obrigação de adiantar os custos da substituição a pedido do Locador. Caso o Locatário recuse efectuar o adiantamento do pagamento ou em obter a substituição, tal acto de recusa será considerada como a cessação do contrato de locação. As consequências da cessação serão reguladas pela Secção 16.
 3. No caso de dano accidental ou de uso e desgaste prematuro (confrontar, contudo, a Secção 11 nº 1 parágrafo 4) – exceptuando a perda total (confrontar a Secção 12, nº 2) do bem locado, o Locatário concorda livremente em:
 - a) Fazer o bem locado ser reparado e restaurado nas condições contratualmente acordadas pelo fabricante ou por uma oficina especializada a expensas suas, ou;
 - b) Fazer cessar o contrato de locação por escrito. A cessação será regulada pela Secção 12 nº 2, parágrafo 2. As consequências da cessação serão reguladas pela Secção 16.
 13. Seguro dos bens, prestações do seguro e outra indemnizações:
 1. De modo a garantir os riscos incorridos pelo Locatário de acordo com a Secção 11 nº 1, deverá realizar-se um seguro dos bens no valor correspondente à repelição ou substituição – em caso de equipamento electrónico sob a forma de seguro de bens electrónicos. O Locatário deverá suportar os custos associados a tal seguro.
 2. O Locatário poderá contratar esse seguro com uma seguradora da sua escolha. Poderá ser acordada uma franquia de 25% do valor de substituição do equipamento, não excedendo, contudo, EUR 500,00. A seguradora deverá confirmar a cobertura do seguro a favor do Locador. A confirmação da cobertura do seguro deverá cobrir os riscos previstos na Secção 11 nº 1, bem como a franquia acordada.
 3. Caso o Locatário não forneça ao Locador a confirmação de que o bem locado se encontra segurado

a favor do Locador, de acordo com os números 1 e 2. O Locador terá o direito, mas não a obrigação, de incluir o bem locado na sua apólice geral de seguro de propriedade a expensas do Localatário. Este seguro ficará sujeito aos Termos e Condições Gerais relativas ao Seguro de Propriedade anexas. É estipulada uma franquia de EUR 150 000 para cada ocorrência de dano ou perda, excepto se uma franquia noutra montante tiver sido acordada por escrito. O Localatário deverá suportar a franquia.

4. Caso o bem locado esteja incluído na apólice de seguro de propriedade do Locador de acordo com o número 3, os custos do seguro deverão ser facturados adiantadamente no primeiro dia de calendário de cada ano. Contudo, o Localatário manterá o direito de realizar o seu próprio seguro a qualquer momento. No caso de o Localatário subsequentemente providenciar a confirmação da cobertura do seguro de acordo com o nº 2 ao Locador quaisquer custos de seguro já pagos adiantadamente deverão ser reembolsados pelo período de tempo correspondente desde a transmissão da confirmação da cobertura do seguro até ao fim do ano. No caso de mora no pagamento dos custos com o seguro, de acordo com o parágrafo 1, o Locador poderá conceder um prazo adicional de pagamento de duas semanas. No caso do seguro não ser pago nesse prazo adicional, o Locador poderá fazer cessar a inclusão do bem locado na sua apólice geral de seguro de propriedade sem necessidade de interpelar previamente o Localatário, desde que tenha informado o Localatário desse facto aquando da concessão de prazo adicional de pagamento. Caso o Locador exerça o seu direito de resolução, o Localatário deverá demonstrar, nas três semanas seguintes a ter recebido a notificação de cessação, ao Locador – providenciando a confirmação da cobertura do seguro de acordo com o nº 2 – que realizou o seguro dos bens.

5. A pedido do Locador, o Localatário terá a obrigação de demonstrar, no prazo de três semanas após tal pedido, que o seguro foi realizado de acordo com os números 1 e 2. O Locador poderá requerer que o Localatário realize o seu próprio seguro de acordo com os números 1 e 2 durante a duração do contrato. Neste caso, os custos de seguro já pagos adiantadamente de acordo com o número 4 parágrafo 3 deverão ser reembolsados ao Localatário.

6. O Localatário desde já cede ao Locador os direitos relativos a quaisquer créditos ou reclamações relativos ao contrato de seguro bem como a qualquer parte lesada ao Locador. Quando o Locador não tiver informado o Localatário que ele próprio assumirá as reclamações, o Localatário tem a obrigação – caso ocorra um evento danoso ou de perda – de assumir tais reclamações em nome do Locador às suas próprias expensas, podendo posteriormente solicitar o reembolso ao Locador. A franquia prevista no contrato de seguro será assumida pelo Localatário em qualquer momento.

7. O Locador deverá utilizar e/ou compensar quaisquer indemnizações recebidas em virtude do seguro, ou outras indemnizações recebidas, de acordo com a Secção 11 nº 2.

8. Até ao montante em que o Localatário tenha suportado quaisquer custos que venham a ser ressarcidos pela seguradora ou por terceiros, o Locador terá a obrigação de reembolsar quaisquer pagamentos que receba da seguradora ou de terceiro ao Localatário até tal montante. O Locador terá o direito de atribuir os direitos e reclamações por danos ao Localatário.

14. Consequências de atrasos, cessação sem aviso prévio:

1. Caso o Localatário esteja em mora no pagamento de quaisquer montantes devidos de acordo com o contrato, serão devidos juros de mora calculados à taxa legal.

2. No caso de cessação pelo Locador, a Secção 16 será aplicável. O Locador terá o direito de fazer cessar o contrato de locação sem aviso prévio caso o Localatário esteja em mora com o pagamento dos alugueres.

3. O Localatário poderá evitar a cessação do contrato através do pagamento dos alugueres em mora acrescidos de uma penalização de 50% do valor dos alugueres em mora.

4. O Locador poderá avisar o Localatário da falta de pagamento das facturas, implicando os avisos custos que serão imputados ao Localatário. Os custos de aviso e gestão de cobrança poderão variar entre os EUR 10,00 e EUR 120,00 (acrescidos de IVA).

15. Outros fundamentos para a cessação sem aviso prévio:

1. O Locador terá o direito de fazer cessar o contrato sem aviso prévio e a reclamar danos, se o Localatário tiver prestado informações incorrectas aquando da celebração do contrato ou se tiver omitido factos, caso em virtude dos mesmos não seja exigível ao Locador a manutenção do contrato. O mesmo será aplicável, nomeadamente, caso não seja exigível ao Locador a manutenção do contrato em virtude de uma violação de uma obrigação contratual apesar de um aviso do Locador, e o Localatário não tenha remediado as consequências de uma violação material de um dever num prazo razoável concedido para o efeito, ou se não cumprir com o pedido do Locador de demonstrar a existência do seu próprio seguro de propriedade (confrontar Secção 13 nº 5) apesar de lhe ter sido estipulado um prazo razoável para o efeito.

2. O Locador tem igualmente o direito de cessar o contrato caso surjam circunstâncias para o Locador que ponham em risco ou agravem o exercício dos direitos do Locador, de modo a que não seja exigível ao Locador a manutenção do contrato. Isto também se aplica caso o Localatário ou os seus sócios deixem de ter domicílio ou sede social em Portugal.

16. Consequências de cessação prematura extraordinária:

1. Tendo em consideração que o Locador adquire o bem locado para benefício do Localatário e tendo em conta a necessidade de compensar os danos emergentes, nomeadamente, com o investimento patrimonial perdido pelo Locador como resultado da perda de valor do equipamento, custos financeiros com o investimento em equipamento novo objecto da locação e custos administrativos com a celebração e manutenção deste contrato, entre outros, caso o Locador exerça o seu direito de cessação sem aviso prévio ou caso o Localatário cesse o contrato de acordo com a secção 12, o Locador poderá exigir a título de cláusula penal um montante equivalente a todos os alugueres que fossem devidos até ao termo do contrato. A compensação com a reparação de custos ou a obtenção de benefícios relacionados com a cessação antecipada – incluindo indemnizações pagas pelo seguro e outras indemnizações, se existirem (confrontar secção 11 nºs 2 e a secção 13 números 7 e 8) recebidas pelo Localatário estarão sujeitas às disposições legais. Os direitos do Locador tornam-se exigíveis com a recepção da notificação de cessação. O Localatário deverá ser considerado em incumprimento caso não realize o pagamento devido nos 30 dias subsequentes à recepção da notificação da cessação e dos danos enumerados.

2. Mais, o Localatário perderá o seu direito de posse. O Localatário tem a obrigação de devolver o bem locado ao Locador por sua conta e risco. A devolução deverá ser efectuada para a morada do Locador em Lisboa, indicada no contrato de locação ou para o armazém central, excepto se o Locador tenha indicado outra morada para a devolução, que seja mais próxima da sede do Localatário. Caso o Localatário não proceda à devolução imediata do bem locado, o Locador tem o direito, mas não a obrigação, de mandar levar o bem locado às expensas do Localatário.

3. Excepto nos casos de cessação prematura do contrato de acordo com a Secção 12, o bem locado deverá encontrar-se em boas condições de funcionamento aquando da devolução, correspondentes à sua condição na entrega, tendo em consideração o desgaste e uso causados pela utilização prudente. Caso o bem locado não esteja nas referidas condições, o Locador terá o direito de reparar o bem locado por forma a colocá-lo em boas condições de funcionamento de acordo com o contrato às expensas do Localatário. Tal não será aplicável caso os custos de reparação excedam o valor reduzido atribuído ao bem locado se tivesse em boas condições.

4. Caso o Localatário não tenha devolvido o bem locado violando as suas obrigações de acordo com o nº 2, apesar da solicitação do Locador, deverá pagar, a partir da data prevista para o termo inicial da locação (se o contrato tivesse sido cumprido), 1/30 do dobro do valor de cada aluguer mensal por cada dia adicional de detenção do bem até efectiva restituição.

5. O Locador reserva-se ao direito de reclamar futuros danos caso tais danos sejam imputáveis ao Localatário.

17. Morte do Localatário:

Caso o Localatário faleça, os seus sucessores têm o direito de cessar o contrato por escrito no fim de cada trimestre contratual (e/ou mês, caso o pagamento mensal tenha sido acordado). A secção 16 será aplicável, em conformidade, no que se refere às consequências da cessação.

18. Fim do contrato, cessação, renovação, devolução do bem locado, inexistência de direito de aquisição do Localatário:

1. Ambas as partes podem impedir a renovação do contrato e fazê-lo cessar por denúncia, na data do respectivo termo, se comunicarem por escrito e com um aviso prévio de 3 meses, antes do fim do termo inicial base, a sua decisão de não renovação do contrato.

2. No caso de o direito de cessação não ser exercido, o contrato será renovado por sucessivos períodos de 6 meses, até ser denunciado por escrito por uma das partes, com um período de aviso prévio de 3 meses relativamente ao termo de cada renovação.

3. Este contrato não assegurará ao Localatário o direito de adquirir a propriedade do bem locado.

4. Caso o contrato de locação tenha terminado de acordo com os números 1 e 2, o Localatário deverá devolver o bem locado até ao fim do contrato. A devolução está sujeita às disposições da secção 16 números 2 e 3.

5. Caso o Localatário não devolva o bem locado atempadamente, violando a sua obrigação, de acordo com o nº 4, apesar de solicitado pelo Locador, deverá pagar 1/30 do valor de aluguer mensal acordado para o termo base do contrato por cada dia adicional. Durante tal período, as obrigações do Localatário previstas neste contrato manter-se-ão aplicáveis em conformidade. Caso o atraso na devolução seja imputável ao Localatário, este deverá reembolsar o Locador de quaisquer danos causados por tal atraso. No caso de mora no pagamento dos alugueres pelos dias adicionais, o Localatário ficará obrigado a proceder ao pagamento desse valor em dobro nos termos do artigo 1045º nº2 do Código Civil.

6. Caso o Locador estabeleça um prazo para o Localatário, indicando que após expiração de tal prazo, recusa a aceitação do bem locado e, em alternativa, requiera uma indemnização por danos, o Locador tem o direito de reclamar, como parte de tais danos, o valor do mercado actual que o bem locado teria, caso estivesse nas condições contratualmente acordadas, findo tal período de tempo. O Locador manterá o direito previsto no nº 4, desde o fim do contrato até à expiração do referido prazo.

19. Transferência de direitos e obrigações, créditos, direito de retenção:

1. O Locador terá o direito de transferir todos os direitos, créditos e/ou obrigações ou créditos individuais do presente contrato a uma entidade refinanciadora para efeitos de refinanciamento. A transferência não poderá ser como resultado de vantagens económicas ou legais para o Localatário. Caso a entidade refinanciadora informe o Localatário de tal transferência, o Localatário tem a obrigação de confirmar a recepção da notificação de transferência, devolvendo a referida notificação à entidade refinanciadora num prazo de 10 dias.

2. Como garantia da entidade refinanciadora, em caso de procedimento de insolvência do Locador, considera-se que o seguinte foi acordado: caso a entidade refinanciadora tenha o direito de utilizar o bem locado locando-o, o Localatário terá a obrigação, a pedido da entidade refinanciadora, a celebrar novamente e/ou manter o contrato de locação com a entidade refinanciadora ou uma subsidiária por si designada, nas mesmas condições e na base do nível contratual alcançado até à liquidação. A situação económica e legal do Localatário não poderá ser pior do que seria caso a insolvência não tivesse ocorrido.

3. O Localatário apenas poderá transferir ou penhorar os seus direitos e/ou obrigações conferidos por este contrato com o consentimento prévio por escrito do Locador.

4. O Localatário apenas poderá compensar os seus próprios créditos com créditos do Locador se os seus créditos não foram disputados ou se tiverem sido reconhecidos por sentença declarativa. O Localatário só poderá alegar um direito de retenção se baseado neste contrato de locação.

5. O Localatário poderá propor ao Locador a cessação de posição contratual de Localatário, indicando o Cessionário. Se o Locador aceitar a cessação proposta, será formalizada por escrito, em documento assinado pelo Cedente, cessionário e Locador. Cada cessação de posição contratual tem um custo para o Cedente de Eur 75,00 (acrescido de IVA).

20. Exame da folha de balanço, Informação:

Caso os valores de aquisição excedam os EUR 40.000,00, o Localatário tem a obrigação de enviar os seus relatórios de gestão e demonstrações financeiras ao Locador e/ou à entidade refinanciadora para um exame confidencial, em cada ano de duração do contrato, e a providenciar informações futuras acerca da sua situação financeira, a pedido destes.

21. Alteração de sede da sociedade ou domicílio:

O Localatário deverá informar por escrito o Locador imediatamente da alteração da sua sede ou domicílio. O mesmo será aplicável à alteração do domicílio de um sócio do Localatário.

Eu/Nós lemos e compreendemos os Termos Gerais de Locação supra.

22. Recepção do bem locado:

1. Eu / Nós recebemos o bem locado identificado supra na data de aceitação.

2. O bem locado encontra-se em condições perfeitas e de funcionamento.

3. O bem locado foi entregue na totalidade. Eu/nós verificámos que estava completo e que funcionava.


4. O bem locado corresponde à sua descrição constante na proposta/contrato de locação, bem como aos acordos concluídos com o fabricante e/ou fornecedor (nomeadamente de natureza técnica, relativamente à qualidade e performance asseguradas). O bem locado tem as características asseguradas pelo fornecedor.

5. O bem locado está nas condições garantidas pelo fornecedor e/ou terceiros.


6. Entre o Localatário e a GRENKE RENTING, S.A., apenas resta válida os acordos confirmados por escrito pelo Localatário à GRENKE RENTING, S.A. Isto aplica-se igualmente a um desvio de uma condição constante do presente documento.

7. A minha/nossa proposta de locação será submetida novamente, excepto no caso de já ter sido aceite. Eu/Nós permanecemos vinculados a esta proposta pelo prazo de 4 semanas após receber a confirmação de aceitação pelo Locador.

O Locador confere ao Localatário o direito de proceder a alterações ao presente contrato através do acesso e autenticação no Portal do Cliente <https://logln.grenke.net>. A possibilidade de o Localatário introduzir alterações ao contrato está, porém, limitada a (i) alteração dos dados bancários fornecidos, (ii) alteração de morada, (iii) alteração da periodicidade de pagamento (mensal ou trimestral), (iv) cancelamento da autorização de débito directo ou (v) qualquer outra alteração que o Locador entenda em cada momento disponibilizar através do referido Portal do Cliente. Fica o Locador autorizado a proceder ao registo dos dados fornecidos por esta via, acordando as partes em que o registo informático da operação de alteração e a sua reprodução em qualquer suporte (designadamente em papel) constituem meio de prova da referida operação.

X 

Assinatura do(s) Localatário(s) conforme Documento de Identificação
Data e carimbo da sociedade. A assinatura não ser colocada em outro local.



TERMOS E CONDIÇÕES GERAIS RELATIVAS AO SEGURO DE PROPRIEDADE DA GRENKE

(10.13)

© GRENKE LEASING AG

A. Regras Gerais

1. Caso o bem locado esteja incluído num seguro geral de propriedade do locador ("Locador") as condições aqui previstas consideram-se acordadas e aceites.
2. Como norma geral, o seguro cobre, no caso de dano ou perda, os custos relativos à reparação do bem locado e/ou a aquisição de um bem substituído do mesmo valor, tomando para efeito em consideração o valor que o bem locado tinha no dia em que o dano ou a perda ocorreram. A cobertura não inclui a entrega de um bem locado novo em troca do antigo.
3. O seguro oferece uma protecção secundária dos bens, ou seja, as coberturas apenas são garantidas quando os equipamentos não estejam cobertos por outro seguro.
4. O valor da franquia do localatário ("Localatário") é de EUR 150.00 por cada ocorrência.

B. Riscos e danos seguros, ausência de responsabilidade

1. A seguradora reembolsará os danos cobertos ou a destruição de propriedade causados aos bens segurados causados por eventos que não fossem razoavelmente previstos pelo Localatário e, no caso de perda de bens, quando a perda se deva a furto, roubo ou pilhagem.

Os danos são considerados imprevistos caso nem o tomador do seguro ou um seu representante previsse o mesmo em tempo útil ou fosse capaz de prever com o conhecimento de especialista necessário para o trabalho levado a cabo no negócio a este respeito, apenas a negligência grosseira é prejudicial, e isto deve conferir à seguradora a possibilidade de reduzir o pagamento proporcionalmente à gravidade da falha do tomador do seguro.

O reembolso será realizado em caso de dano ou destruição (dano à propriedade), nomeadamente em caso de:

- a) Erros de funcionamento, falta de capacidade ou negligência,
 - b) Sobrecarga eléctrica, indução, curto-circuito,
 - c) Incêndio, raio, explosão ou implosão (incluindo os danos causados para os extinguir, demolir, limpar ou danos causados em virtude desses eventos);
 - d) água, humidade, inundação;
 - e) acto intencional de terceiro, sabotagem, vandalismo;
 - f) força maior,
 - g) defeito de construção ou má construção ou uso de materiais defeituosos.
2. Para os componentes electrónicos (partes componentes) dos bens segurados, só haverá lugar a reembolso se o risco coberto tiver um efeito comprovadamente externo numa unidade substituível (uma unidade normalmente substituída no caso de reparação) ou na totalidade do bem segurado. No caso de não ser possível comprovar esse facto, será suficiente a demonstração de que a causa mais provável do dano se deveu ao impacto externo de um risco coberto. O reembolso será realizado relativamente aos danos consequentes causados às unidades substituídas.

3. Excepto se acordado diferentemente, a seguradora reembolsará os danos causados a tubos (nomeadamente tubos de raios catódicos, tubos de alta frequência, tubos de raio-x, tubos de laser) e a transportadores de imagem intermédios (nomeadamente tambor de selénio) apenas no caso de danos causados por:

- a) Incêndio, raio, explosão e apenas quando estes possam ser cobertos por um seguro contra fogo;
- b) Furto, roubo ou vandalismo e apenas quando estes possam ser cobertos por um seguro contra roubo;
- c) Água canalizada e apenas quando estes possam ser causados por um seguro contra água canalizada.

Os números 4 e 5 não serão abrangidos.

4. Sem prejuízo da causa, o segurador não reembolsará danos causados por:

- a) Dolo do Localatário;
- b) Casos de guerra ou insurreição;
- c) Energia nuclear;
- d) Desgaste ou envelhecimento precoce ou normal em virtude do uso. No entanto, haverá reembolso relativamente a danos consequenciais causados a unidades de substituição adicionais. O nº 2 não é abrangido.

5. No caso de não ser possível comprovar que o dano ocorreu em virtude dos factos referidos em 4 b) a 4 d), será suficiente a demonstração de que a causa mais provável do dano foi uma dessas causas.

C. Bens segurados / bens excluídos

1. Os bens segurados são os bens seguintes descritos no contrato de locação:

- a) Equipamentos e instrumentos de tecnologia em informática, comunicações e medicina;
- b) Outros equipamentos e instrumentos electroléctricos ou electrónicos;
- c) Máquinas e outros equipamentos técnicos em automação, tecnologias de transporte ou de movimentação de materiais ou trabalhadores da empresa;
- d) Equipamento de escritório;
- e) Software e similares

2. Salvo se expressamente previsto, os dados (dados ou informação lidos por máquinas) só serão cobertos se forem necessários para o funcionamento básico do bem segurado (dados de programação do sistema de mecanismos de operação ou outros dados equivalentes).

3. Bens em veículos motorizados, devido ao elevado risco de furto, apenas estão cobertos se forem essenciais ao veículo ou se puderem ser guardados no porta-luvas fechado e não estejam visíveis quando o veículo esteja estacionado e devidamente trancado.

4. Os seguintes bens estão excluídos de cobertura:

- a) Bens operacionais e auxiliares, consumíveis e equipamentos de trabalho, tais como soluções químicas, reagentes, toners, agentes de arrefecimento ou que se consomem, fitas de tinta, películas, suportes de gravação de som, dados ou imagem, cartões perfurados, papéis trabalhados, blocos para impressão, discos dentados, pipetas, cuvetes substituíveis, tubos de ensaio;
- b) Todo o tipo de ferramentas, nomeadamente brocas, discos de cortar;
- c) Outras partes ou bens que, de acordo com a experiência necessitam de ser substituídas diversas vezes durante a vida do bem seguro, nomeadamente fusíveis, lâmpadas, baterias, filtros e cartuchos;
- d) Manutenção - As despesas que sejam razoavelmente feitas em virtude de manutenções não serão cobertas pelo seguro; essas despesas incluem nomeadamente a substituição de componentes estruturais e partes componentes, excepto se estiver comprovadamente demonstrado que os danos tenham sido causados por um facto exterior coberto que tenha um efeito no bem segurado.

Para efeitos da presente cláusula, o conceito de manutenção inclui os seguintes serviços:

- avaliação de segurança
- manutenção preventiva
- reparação de problemas causados pelo envelhecimento do bem
- reparação de problemas causados pelo uso normal que não tenham ocorrido por causas externas.

D. Local segurado

Para os bens incorporados no local nos termos das condições, o local indicado no contrato de locação será o local segurado. Nos restantes casos, o local segurado será o mundo.

E. Caso de dano ou perda / obrigações

1. O Localatário fica obrigado a informar o Locador através de notificação da ocorrência logo que o localatário tenha conhecimento da mesma. De modo a realizar a notificação o localatário deverá solicitar o formulário de notificação de ocorrência ao locador, o que poderá ser feito a todo o tempo.

2. A notificação de ocorrência deverá incluir:

- O nome e a morada do Localatário
- O número do contrato de locação
- Local e momento (data e hora) do dano ou perda
- Descrição detalhada do facto que deu causa ao dano ou perda
- Quantidade dos bens locados danificados ou perdidos
- Designação exacta de cada bem locado
- Tipo de dano

a) No caso de dano parcial: custo estimado de reparação do objecto danificado;

b) Em caso de perda total: a referência à "perda total";

c) No caso de danos causados por acção dolosa de terceiro (ex. furto) ou por incêndio. Neste caso, o Localatário deverá participar a ocorrência à polícia imediatamente e informar o Locador de quais as entidades policiais que se encontram a investigar o caso, com a morada exacta e número de processo juntando cópia da participação ao auto lavrado pelas autoridades.

3. Conservação

As partes danificadas e/ou os sintomas de dano não deverão ser alterados até que a seguradora e/ou o Locador inspecionem os danos ou prescindam do direito de o fazer ou até que reparem os danos.

4. Mora na notificação da ocorrência - No caso de o Localatário não notificar a ocorrência imediatamente após ter tido conhecimento da mesma ou se a notificar passado uma semana por outro meio que não o previsto números E.1 e 2, e no caso de o Localatário não ter sido notificado de uma ocorrência de outra forma, a cobertura do seguro será cancelada.

F. Pagamento dos custos do seguro / cessação pelo Locador / caso de não pagamento de indemnização

1. O montante dos custos com o seguro e o vencimento da obrigação de pagamento da apólice são regidos pelo Contrato de Locação e pela carta de aceitação do Locador. O Localatário poderá segurar-se num segurador por si escolhido em cumprimento e respeito pelas disposições acordadas no Contrato de Locação.

2. No caso dos custos iniciais com o seguro não terem sido pagos até ao momento da ocorrência do facto que provocou o dano, o seguro não cobrirá o dano. No caso de mora no pagamento dos custos com o seguro, o Locador poderá conceder um prazo adicional de pagamento de duas semanas. No caso de o seguro não ser pago nesse prazo adicional, o Locador poderá fazer cessar a inclusão do bem locado na sua apólice geral de seguro de propriedade sem necessidade de interpelar previamente o Localatário, contanto que tenha informado o Localatário desse facto aquando da concessão de prazo adicional de pagamento.

3. No caso do facto segurado ter ocorrido após o contrato de locação ter sido resolvido pelo Locador sem aviso prévio, o seguro não cobrirá o dano.

4. Sem prejuízo do disposto supra, o Locador tem o direito de requerer, em qualquer momento, que o Localatário contrate uma apólice de seguro sua, nos termos do Contrato de Locação.

G. Disposições Finais

1. A obrigação de o Localatário suportar as despesas de seguro e a data de vencimento encontram-se determinadas no Contrato de Locação e na carta de aceitação da Grenke. O Localatário poderá contratar por sua conta um seguro em seguradora por si livremente escolhida em cumprimento das disposições acordadas no Contrato de Locação.

2. Não será emitida nenhuma certidão da apólice relativamente ao Localatário individualmente caso o bem locado seja incluído na apólice geral de seguro de propriedade do Locador.

3. A existência de uma perda ou dano no bem locado não isentará o Localatário do cumprimento das suas obrigações nos termos do Contrato de Locação.

4. A liquidação do contrato de locação em caso da ocorrência da perda ou de um dano no objecto locado está sujeito nos termos do Contrato de Locação.

5. Não foram acordadas oralmente quaisquer outras condições ou contratos adicionais.

Assinatura do(s) Localatário (s) conforme Documento de Não Locação
Data e destino da sociedade. A assinatura poderá ser colocada electronicamente.